

## **ESTATUTO SOCIAL**

### **ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO INSTITUTO EMATER – AFA-PR**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DENOMINAÇÃO, SEDE, ÁREA DE AÇÃO, DURAÇÃO E ANO SOCIAL**

**Artigo 1º** - A Associação dos Funcionários do Instituto EMATER, sigla AFA-PR, sem fins econômicos, fundada em 15 de setembro de 1983, rege-se pelo presente Estatuto e disposições legais vigentes, tendo:

**I** - Sede administrativa na Rua Da Bandeira, 500, CEP 80035-270, Cabral, Curitiba - PR no município de Curitiba e foro jurídico na Comarca de Curitiba, Estado do Paraná;

**II** - Área de ação, para efeito de admissão de associados efetivos e associados previdenciários, abrangendo o Estado do Paraná;

**III** - Prazo de duração indeterminado;

**IV** - Ano social compreendido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

#### **CAPÍTULO II**

#### **OBJETIVOS DA AFA**

**Artigo 2º** – A AFA tem por finalidade:

**a)** Defender os interesses dos associados em consonância com as prerrogativas deste Estatuto Social;

**b)** Lutar pela melhoria das relações e condições de trabalho, saúde e qualidade de vida dos seus associados;

**c)** Celebrar convênios, contratos, termos de parcerias e afins, com órgãos e entidades públicos e privados, visando benefícios técnicos, científicos, econômicos, sociais e culturais aos associados;

**d)** Combater, no âmbito de sua ação, os preconceitos de raça, gênero, religião, geração ou quaisquer outras formas de preconceitos discriminatórios;

**e)** Defender e promover a liberdade de expressão;

**f)** Fomentar a participação organizada dos associados no sentido de que a AFA seja um instrumento de fortalecimento das ações focadas para o desenvolvimento rural, pesquisa, agroecologia e extensão rural oficial;

**g)** Promover ações visando o convívio harmonioso e construtivo entre seus associados e que congregam categorias e diferentes profissões, perfis ideológicos e de posicionamento político entre seus associados;

**h)** Promover encontros de associados, palestras, seminários e outras atividades, visando o aprimoramento técnico, profissional e cultural dos associados e seus familiares;

**i)** Propiciar benefícios aos seus associados e familiares, como o acesso a plano de saúde, previdência complementar, seguro de vida e outros benefícios, desde que atendida às normas estabelecidas pela(s) operadora(s) dos respectivos planos(s), atendida a legislação vigente e características de tipo de associado;

**j)** Defender as políticas de pesquisa e assistência técnica e extensão rural gratuita e de qualidade, quantitativamente suficiente, preferencialmente para a agricultura familiar;

**k)** Defender a preservação do meio ambiente e das políticas públicas para o setor rural do Paraná;

**l)** Lutar pelo fortalecimento e pela sustentabilidade do serviço de Pesquisa e ATER;

**m)** Defender os princípios e a consolidação da Pesquisa e da ATER Oficial;

- n) Apoiar e contribuir com as entidades representativas dos agricultores familiares e trabalhadores rurais nas lutas pela pesquisa e ATER de qualidade para a Agricultura familiar;
- o) Propor, desenvolver e defender atividades de direitos coletivos e difusos.

### **CAPÍTULO III**

#### **ASSOCIADOS EFETIVOS E PREVIDENCIÁRIOS, DIREITOS E DEVERES**

#### **SEÇÃO I**

##### **ADMISSÃO DE ASSOCIADOS EFETIVOS E PREVIDENCIÁRIOS**

**Artigo 3º** – a AFA possui 2 (duas) categorias de associados:

**I** - Associado efetivo:

- a) Empregado público e servidor (ativo e aposentado) do Extinto Instituto EMATER;
- b) Servidores contratados a partir da criação do Instituto IDR.

**II** - Associado previdenciário: Funcionário ativo ou aposentado do sistema SEAGRI e funcionários ativos assistidos da AFA, exclusivamente para fins previdenciários;

**§ 1º** - poderão aderir ao Plano Família denominado Plano Gera mais Previdência aqueles que guardem relação de parentesco até o 4º grau, inclusive na condição de cônjuge, noras e genros e/ou dependentes econômicos definidos em Lei ou por decisão judicial, dos associados previdenciários

**§ 2º** – A categoria de Associado Previdenciário está isenta de mensalidade social.

**Artigo 4º** - Poderá associar-se à AFA: Conforme enquadramento nos itens I e II do artigo 3º:

- a) Como associado efetivo o funcionário e o servidor (ativo) do Instituto EMATER que concorde com as disposições do presente Estatuto Social;
- b) Como associado previdenciário o funcionário ativo ou aposentado do sistema SEAGRI; funcionários ativos assistidos da AFA.

**Parágrafo Único** - O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior ao número de associados necessários para a composição da Diretoria Estadual, Conselho Fiscal e Coordenação de Núcleos.

**Artigo 5º** - Para associar-se o interessado preencherá e assinará a respectiva Proposta de Admissão fornecida pela Associação, apresentando no ato da inscrição RG e CPF.

**Artigo 6º** - Cumprido o disposto no artigo anterior, o associado adquire os direitos e assumem os deveres e obrigações, decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 7º** - São direitos do Associado Efetivo:

- a) Votar e ser votado para cargos da estrutura administrativa da AFA;
- b) Usufruir dos serviços e dos benefícios oferecidos pela Associação;
- c) Recorrer ao órgão competente contra qualquer ato lesivo a seus direitos;
- d) Pedir demissão do quadro social da AFA.

**§1º** - O funcionário e o servidor da EMATER que se aposentar poderá continuar sendo associado da AFA, desde que manifeste expressamente a sua vontade até o ato do desligamento.

**§2º** - Poderá permanecer na condição de associado, o funcionário que obtiver Licença junto ao Instituto EMATER ou cedido para outros órgãos, desde que manifeste expressamente sua vontade, até a data da concessão da licença.

**§3º** - O funcionário e o servidor do Instituto EMATER que aderir a Programas de Demissões Voluntárias, poderá permanecer como associado, desde que manifeste expressamente sua vontade até o ato do desligamento.

**§4º** - O funcionário e o servidor da EMATER que se desligar da empresa (pedir demissão, for demitido), poderá continuar sendo associado da AFA desde que já esteja aposentado, e que manifeste expressamente a sua vontade até o ato do desligamento.

**Artigo 8º** - São deveres do Associado Efetivo:

- a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações dos demais órgãos da AFA;
- b) Participar das Assembleias da AFA-PR;
- c) Votar por ocasião das eleições;
- d) Participar dos eventos promovidos pela AFA e trabalhar pelo seu fortalecimento e bem-estar dos associados;
- e) Zelar pelo patrimônio moral e social da Associação;
- f) Executar com zelo e dedicação a função para a qual foi eleito ou indicado;
- g) Pagar pontualmente, as obrigações contraídas junto à Associação;
- h) Quando pedir demissão do quadro social, quitar à vista os débitos contraídos na Associação;
- i) O associado deverá manter em dia os pagamentos de suas obrigações financeiras;
- j) O aposentado e estatutário deverão autorizar o pagamento das suas obrigações financeiras por débito em conta bancária ou boleto bancário e desconto no benefício pago pelo Plano Misto de Benefício FAPA, no caso de aposentados;
- k) O associado deverá autorizar por escrito a forma de pagamento das suas obrigações financeiras junto a AFA.

**Artigo 9º** – São direitos do associado previdenciário:

- a) Participar do Plano Família denominado Plano Família denominado Plano Gera mais Previdência ou de benefícios específicos para sua categoria;

**Parágrafo Único** - Perde de forma automática a condição de associado previdenciário no momento do desligamento do Plano Família denominado Plano Gera mais Previdência.

**Artigo 10** – São deveres do associado previdenciário:

- a) Cumprir e fazer cumprir este estatuto e as deliberações dos demais órgãos da AFA;
- b) Prestigiar os eventos de cunho previdenciário promovidos pela AFA e trabalhar pelo seu fortalecimento e bem-estar dos associados;

## **SEÇÃO II**

### **DESLIGAMENTO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS**

**Artigo 11** - A perda da condição de associado poderá se dar a pedido do interessado.

**Parágrafo Único** - O pedido deverá ser por escrito e encaminhado ao Diretor Presidente da AFA.

**Artigo 12** - A Diretoria poderá suspender o associado que:

- a) Utilizar indevidamente os serviços, benefícios e convênios oferecidos pela AFA;
- b) Infringir as disposições deste Estatuto Social;
- c) Praticar atos lesivos aos interesses e objetivos da Associação.

**Artigo 13** - Será excluído do Quadro Social da AFA o associado que:

- a) Praticar ato atentatório ao conceito e moral da Associação;
- b) Utilizar os recursos da AFA em benefício próprio ou de terceiros e causar prejuízos ao patrimônio da Associação;
- c) Contrariar os objetivos previstos no artigo 2º deste Estatuto;
- d) Deixar de cumprir as decisões dos órgãos de Administração da AFA;
- e) Não estiver em dia com suas obrigações financeiras junto à AFA, de acordo com o regimento jurídico;
- f) Os procedimentos para a exclusão do associado do Quadro Social da AFA serão disciplinados em regulamento próprio.

**Artigo 14** - Ao associado suspenso ou excluído caberá recurso:

**§1º** - Os casos previstos nos artigos 12 e 13 serão avaliados por membros da Diretoria Estadual e apuradas as possíveis irregularidades;

**§2º** - Caberá a Diretoria Estadual, após a análise do Relatório Conclusivo, aplicar ou não as penalidades previstas neste Estatuto Social;

**§3º** - O motivo que determinou a suspensão ou exclusão do associado, assinado por um Diretor, deverá ser formalizado através de correspondência que comprove a data de envio e recebimento;

**§4º** - O comunicado da decisão será remetido ao associado, por processo que comprove data de remessa e de recebimento;

**§5º** - Ao associado suspenso ou excluído caberá, dentro de 15 dias úteis contados da data do recebimento da notificação, apresentar recurso por escrito à Diretoria Estadual;

**§6º** - Apresentado o recurso pelo associado, o Diretor Presidente da AFA irá deferir ou indeferir em 15 dias, comunicando a decisão ao Conselho Deliberativo;

**§7º** - Decorrido o prazo e não havendo apresentação de recurso, ou sendo o mesmo julgado improcedente, a punição ao associado será efetivada;

**§8º** - O associado excluído não poderá retornar ao quadro social da AFA.

**Artigo 15** - A punição estatutária aplicada ao associado não o exonera de responder, penal e civilmente por prejuízos causados, cabendo à Associação promover as ações cabíveis.

**Artigo 16** - A Diretoria deverá excluir o associado por:

- a) Falecimento;
- b) Incapacidade civil não suprida.

**Artigo 17** - No caso de desligamento, suspensão ou exclusão o associado não terá direito a restituição de quaisquer contribuições financeiras feitas à AFA, bem como aos recursos de fundos existentes e patrimônios.

## **CAPÍTULO IV ÓRGÃOS SOCIAIS**

### **SEÇÃO I ASSEMBLEIA GERAL**

**Artigo 18** - A Assembleia Geral dos Associados, que pode ser Ordinária ou Extraordinária, é o órgão máximo e soberano da AFA, tendo, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, poderes para tomar toda e qualquer decisão de interesse social, e suas deliberações vinculam todos os associados, ainda que ausentes e discordantes.

**Artigo 19** - A Assembleia Geral será convocada e dirigida pelo Diretor Presidente da AFA:

**Parágrafo Único** - Quando a ordem do dia versar sobre matéria que envolva diretamente a atuação da Diretoria, a Assembleia deverá ser conduzida pelo Presidente do Conselho Fiscal, ou por associado indicado.

**Artigo 20** - A Assembleia Geral Extraordinária poderá, também, ser convocada por:

- a) 1/3 (um terço) dos membros da Diretoria Estadual;
- b) 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos;
- c) Presidente do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Único** – após formalizado, a Assembleia Extraordinária deverá ocorrer em até 20 dias.

**Artigo 21** - Em qualquer das hipóteses referidas nos artigos 19 e 20, as Assembleias Gerais serão convocadas através de Edital de Convocação com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias, com intervalos de 30 minutos da primeira para a segunda convocação e de 30 (trinta) minutos da segunda para a terceira convocação:

**Artigo 22** - Do Edital de Convocação da Assembleia Geral devem constar:

- a) Denominação da Associação, número do CNPJ seguida da expressão Edital de Convocação, Assembleia Geral: Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- b) O dia e a hora da reunião em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização;
- c) A sequência ordinal numérica das convocações;
- d) O número de associados, para efeito de cálculo de “quórum” de instalação;
- e) Ordem do Dia dos trabalhos com as devidas especificações;
- f) Nome por extenso, assinatura e cargo do responsável pela convocação.

**Parágrafo Único** - O Edital de Convocação será afixado em locais visíveis das dependências da AFA, enviado através de Informativo pelo correio eletrônico, aos associados e postado em página eletrônica da AFA e redes sociais.

**Artigo 23** - O quórum para a instalação das Assembleias Gerais será:

- I - Primeira Convocação: metade mais um (50% + 1) dos associados em condições de votar;
- II - Segunda Convocação: Presença, no mínimo, de 1/3 (um terço) dos associados;
- III - Terceira Convocação: com qualquer número de associados.



**§1º** - Para efeito de verificação do quórum de que trata este artigo, o número de associados presentes, será contado por suas assinaturas no Livro de Presença.

**§2º** - Para a destituição de membros do Conselho Deliberativo, Diretoria, Conselho Fiscal; assim como para a aprovação de contas e de normas que tratem do aumento ou redução da contribuição mensal dos associados serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

**§3º** - Para todas as demais matérias serão necessários os votos de metade mais um dos associados presentes na referida Assembleia.

## **SEÇÃO II**

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

**Artigo 24** - A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará, obrigatoriamente, uma vez por ano, no decorrer do primeiro semestre que suceder ao término do exercício social, podendo ser realizada via web, conforme novas regulamentações, deliberará sobre os seguintes assuntos, que devem constar da Ordem do Dia:

**I** - Prestação de Contas da Diretoria Estadual, compreendendo:

- a)** Relatório da Diretoria;
- b)** Balanço Geral;
- c)** Demonstrativo das Sobras ou Perdas apuradas;
- d)** Parecer do Conselho Fiscal;
- e)** Plano de atividade para o exercício seguinte, com respectivo orçamento de receitas e despesas.

**II** - Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 26 deste Estatuto:

**§1º** - Os membros da Diretoria não podem participar da votação das matérias referidas no item I deste artigo.

**§2º** - A aprovação do Relatório, Balanço Geral e Demonstrativo das Sobras/ Perdas, desonera seus componentes da responsabilidade, salvo os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como da infração da Lei e deste Estatuto.

## **SEÇÃO III**

### **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**Artigo 25** - A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessária e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no Edital de Convocação, podendo ser realizada via web, conforme novas regulamentações.

**Artigo 26** - Será da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I** - Reforma Estatutária;
- II** - Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- III** - Contas dos liquidantes.

## **SEÇÃO IV CONSELHO DELIBERATIVO**

**Artigo 27** - O Conselho Deliberativo será formado:

- a) Pelos membros da Diretoria Estadual;
- b) Pelos Coordenadores dos Núcleos.

**Artigo 28** - O Conselho Deliberativo será presidido pelo Diretor Presidente.

**Artigo 29** - Ao Conselho Deliberativo compete estabelecer e coordenar as políticas de atuação e programas de trabalho da Associação.

**Artigo 30** - O Conselho Deliberativo deverá reunir-se sempre que necessário e oportuno, por convocação de seu Diretor Presidente, podendo ser realizada via Web conforme novas regulamentações.

**§1º** - As reuniões extraordinárias do Conselho Deliberativo serão convocadas pelo Diretor Presidente da Diretoria Estadual ou por convocação de 1/3 (um terço) de seus membros;

**§2º** - O quórum de funcionamento do Conselho Deliberativo da AFA será o de maioria simples dos seus integrantes;

**§3º** - As deliberações do Conselho Deliberativo serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes;

**§4º** - Das decisões do Conselho Deliberativo cabe recurso à Assembleia Geral.

**Artigo 31** - Cabe ao Conselho Deliberativo: Analisar e decidir recursos apresentados sobre associados penalizados com suspensão, eliminação e exclusão do quadro de associados:

- a) Referendar a substituição do Coordenador dos Núcleos, conforme as disposições estatutárias;
- b) Aprovar as normas regimentais;
- c) Apreçar as propostas da Diretoria Estadual, para a aquisição de bens com valores que comprometam mais de 20% (vinte por cento) do valor arrecadado com a contribuição mensal;
- d) Participar ativamente de todas as reuniões, manter-se informado sobre as principais propostas e atividades da AFA, e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela Diretoria, Conselho Fiscal e Núcleos.

## **SEÇÃO V DIRETORIA ESTADUAL**

**Artigo 32** - A Diretoria Estadual deverá apresentar a seguinte composição:

- 1) Diretor Presidente;
- 2) Diretor Vice-Presidente;
- 3) Diretor 1º Secretário;
- 4) Diretor 2º Secretário;
- 5) Diretor Tesoureiro;
- 6) Diretor Social;
- 7) Diretor de Comunicação;
- 8) Diretor de Gestão do FAE;
- 9) Representante dos Aposentados

**§1º** - Os cargos da Diretoria Estadual serão preenchidos por associados em atividade no Instituto EMATER, exceto representante dos aposentados;

**§2º** - O cargo de Diretor de Gestão do FAE deverá ser preenchido preferencialmente por um associado do Núcleo Central ou Regional de Curitiba, devido a periodicidade das reuniões da comissão, conforme atribuições do artigo 42;

**§3º** - Em caso de vacância no cargo de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Tesoureiro, a Diretoria Estadual escolherá o substituto entre seus membros ou Coordenadores de Núcleo, sendo submetido à aprovação pelo Conselho Deliberativo;

**Artigo 33** - A Diretoria Estadual deverá reunir-se, sempre que necessário e oportuno, sendo convocada pelo Diretor Presidente ou por 1/3 (um terço) dos seus membros:

**§1º** - O quórum exigido para as reuniões da Diretoria Estadual será o de maioria simples de seus integrantes.

**§2º** - As decisões serão aprovadas por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

**§3º** - Das decisões da Diretoria Estadual caberá recurso ao Conselho Deliberativo.

**Artigo 34** - Compete à Diretoria Estadual:

- a) Cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral;
- b) Elaborar e submeter à Assembleia Geral a proposta orçamentária de programação anual da instituição;
- c) Executar a programação anual de atividades da associação;
- d) Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o Relatório Anual;
- e) Administrar o patrimônio da Associação;
- f) Contratar, demitir, definir responsabilidades e supervisionar o trabalho dos funcionários;
- g) Cumprir a convenção coletiva da FETRAVISPP, Federação do Comercio de Bens, Serviços e Turismo do PR, referente aos funcionários da AFA;
- h) Decidir sobre a contratação de serviços especializados que visem auxiliar a administração;
- i) Decidir sobre a origem, criação, arrecadação, avaliação e aplicação dos recursos financeiros;
- j) Decidir sobre a realização de obras, serviços e benfeitorias que visem ampliar, melhorar ou preservar o patrimônio da AFA;
- k) Apresentar ao Conselho Fiscal, bimestralmente, o relatório patrimonial e o balancete financeiro e orçamentário, acompanhado de documentação necessária para análise e avaliação;
- l) Convocar a Assembleia Geral Ordinária, para prestação de contas do exercício;
- m) Propor e aplicar normas regimentais e administrativas, relacionadas aos associados e funcionários da AFA;
- n) Indicar os integrantes da Comissão Eleitoral Estadual;
- o) Designar membros titulares e suplentes para as comissões específicas;
- p) Incentivar a formação profissional e política dos associados;
- q) Promover a realização de eventos culturais, esportivos e recreativos;
- r) Promover seminários, congressos, palestras, de interesse e que auxiliem no desenvolvimento intelectual e profissional dos associados;
- s) Promover intercâmbio com associações congêneres;
- t) Promover o Encontro Estadual de Associados.



**Artigo 35** - Compete ao Diretor Presidente da AFA:

- a) Exercer ação diretiva, hierárquica e motivacional sobre o quadro social da Associação;
- b) Representar, ativa e passivamente a AFA, em juízo e fora dele;
- c) Assinar em conjunto com o Diretor Tesoureiro, a abertura de contas bancárias, assinaturas de cheques e toda documentação de interesse da Associação;
- d) Convocar e presidir as Assembleias Gerais e reuniões da Diretoria Estadual;
- e) Divulgar o Processo Eleitoral da AFA;
- f) Fornecer a documentação necessária para análise do Conselho Fiscal;
- g) Apresentar na Assembleia Geral Ordinária, o Relatório Geral de Atividades da Diretoria Estadual e o Relatório Patrimonial;
- h) Rubricar os livros referentes à administração;
- i) Delegar poderes e atribuir tarefas aos demais diretores e associados da AFA;
- j) Coordenar as ações da Diretoria Estadual;
- k) Implementar as deliberações e resoluções da Assembleia Geral;
- l) Aplicar as penalidades previstas neste Estatuto;
- m) Admitir e demitir funcionários da associação em decisão conjunta com demais diretores.

**Artigo 36** - Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) Substituir o Diretor Presidente em suas atribuições no caso de ausência ou impedimento;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- c) Representar, ativa e passivamente a AFA, em juízo e fora dele;
- d) Dirigir e supervisionar os serviços administrativos da Associação;
- e) Responsabilizar-se pelos convênios da AFA.

**Artigo 37** - Compete ao Diretor 1º Secretário:

- a) Secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral e redigir as atas;
- b) Fiscalizar a organização das correspondências, livros e arquivos da AFA;

**Artigo 38** - Compete ao Diretor 2º Secretário:

- a) Substituir o Diretor 1º Secretário em suas ausências;
- b) Assessorar o Diretor 1º Secretário;
- c) Divulgar as informações da Diretoria Estadual junto aos associados.

**Artigo 39** - Compete ao Diretor Tesoureiro:

- a) Administrar e coordenar as atividades financeiras;
- b) Movimentar em conjunto com o Diretor Presidente, os recursos financeiros da Associação e assinar cheques;
- c) Abrir contas bancárias em nome da AFA, acompanhado do Diretor Presidente;
- d) Manter as contas pagas pontualmente;
- e) Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- f) Manter em ordem a documentação financeira, funcional, patrimonial em geral;
- g) Manter em dia os lançamentos de crédito e débito de associados referente a convênios e empréstimos;
- h) Atender as solicitações do Conselho Fiscal, quanto à apresentação de documentos e/ou esclarecimentos e implementar as suas recomendações.

**Artigo 40** - Compete ao Diretor Social:

- a) Elaborar o Plano de Atividades Socioculturais da Associação, acompanhado dos respectivos orçamentos e submetê-lo à apreciação da Diretoria Estadual;
- b) Promover e incentivar o intercâmbio sociocultural entre as associações e entidades;
- c) Realizar e promover campanhas de vendas de bens diversos, de interesse do quadro social;
- d) Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas;
- e) Articular convênios sociais e comerciais;
- f) Colaborar na organização das reuniões e assembleias.

**Artigo 41 - Compete ao Diretor de Comunicação:**

- a) Responsabilizar-se pela organização do informativo e pela atualização do site da AFA;
- b) Planejar e executar atividades de comunicação referentes à divulgação e propaganda do plano de trabalho dos diferentes órgãos administrativos junto aos associados;
- c) Divulgar a Associação e suas atividades, através dos meios de comunicação em massa, sempre que necessário;
- d) Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas.

**Artigo 42 – Compete ao Diretor de Gestão do FAE:**

- a) Cumprir e fazer cumprir o regulamento do FAE;
- b) Presidir a Comissão Estadual do FAE;
- c) Analisar em conjunto com a Comissão do FAE a solicitação dos recursos e dar parecer;
- d) Encaminhar documentação dos pedidos aprovados à tesouraria;
- e) Prestar contas nas reuniões do Conselho Deliberativo, quanto aos empréstimos dos recursos do FAE.

**Artigo 43 – Compete ao Represente dos Aposentados:**

- a) Promover integração entre AFA e AAPER – Associação dos Funcionários Aposentados do Instituto EMATER
- b) Ser elo, defender, orientar, informar e manter contato com os aposentados associados;
- c) Apoiar a área administrativa da AFA nos temas relativos aos aposentados;
- d) Apoio na organização dos eventos;
- e) Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas.

## **SEÇÃO VI NÚCLEO CENTRAL E NÚCLEOS REGIONAIS**

**Artigo 44 -** Os associados da Unidade Estadual e das Regiões Administrativas do Instituto EMATER estarão representados pelo Núcleo Central e Núcleos Regionais, respectivamente:

**§1º -** A abrangência operacional dos Núcleos Regionais será correspondente às Regiões Administrativas da EMATER.

**§2º -** Poderá ocorrer fusão ou formação de novos núcleos, desde que sejam ouvidos os associados dos núcleos interessados, através de plebiscito, referendados pelo Conselho Deliberativo.

**Artigo 45 - Composição da Coordenação do Núcleo:**

- a) Coordenador;

- b) Vice - Coordenador;
- c) Diretor Social.

§1º - O cargo de Diretor Social poderá ser ocupado por associado aposentado.

§2º - Em caso de vacância do cargo de Coordenador do Núcleo, assume o Vice – Coordenador.

§3º - Em caso de vacância dos cargos de Vice - Coordenador ou de Diretor Social, o Núcleo, mediante eleição regional, escolherá o substituto.

§4º - Em caso de Vacância da Coordenação do Núcleo, a Diretoria Estadual convocará eleição regional em até 60 (sessenta) dias para a escolha da nova Coordenação, que terá mandato tampão até o final da Gestão Estadual.

**Artigo 46** - Compete ao Coordenador do Núcleo:

- a) Participar ou delegar representante da coordenação do núcleo para as Reuniões do Conselho Deliberativo;
- b) Divulgar e aplicar as deliberações da Assembleia Geral e orientações do Conselho Deliberativo e da Diretoria Estadual;
- c) Desenvolver atividades de interesse dos associados do Núcleo.

**Artigo 47** - Os Núcleos poderão realizar Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias para tratarem de assuntos de interesse regional, com recursos do núcleo para as despesas:

§1º - As Assembleias Gerais do Núcleo serão convocadas pelo seu Coordenador, segundo as determinações deste Estatuto Social;

§2º - As Assembleias dos Núcleos serão instaladas, segundo o quórum previsto no artigo 23 deste Estatuto Social.

## **SEÇÃO VII CONSELHO FISCAL**

**Artigo 48** - A administração da AFA será fiscalizada por um Conselho Fiscal, eleito na mesma data, forma e mandato da Diretoria Estadual e Coordenadores de Núcleo.

**Artigo 49** - O Conselho Fiscal será formado por 3 (três) membros titulares, sendo Presidente, Vice-Presidente e Secretário e 3 (três) membros suplentes.

§1º - Dos 3 (três) membros titulares, pelos menos, 2 (dois) devem ser escolhidos entre os associados ativos.

**Artigo 50** - O Conselho Fiscal deverá reunir-se ordinariamente a cada 3(três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º - O quórum para a realização da reunião do Conselho Fiscal será de 3 (três) membros, sendo, pelo menos, 2 (dois) titulares.

§2º - Em caso de vacância entre os membros titulares, o cargo será assumido por suplente, até o término do mandato.

§3º - Em caso de vacância de até 2 (dois) membros suplentes, não haverá necessidade de eleição de substitutos.

**Artigo 51** - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros de escrituração da Associação;
- b) Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da Associação;
- c) Solicitar ao Diretor Tesoureiro documentação sobre as operações econômico-financeiras realizadas;
- d) Fiscalizar as atividades e contas da Diretoria Estadual;
- e) Fiscalizar o recolhimento de encargos fiscais e trabalhistas da AFA;
- f) Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;
- g) Fiscalizar e emitir parecer sobre pedidos de empréstimos em favor da AFA;
- h) Fiscalizar e emitir parecer sobre a realização de convênios e sua execução;
- i) Rubricar os livros contábeis e financeiros da AFA;
- j) Emitir Parecer à Assembleia Geral Ordinária sobre a Prestação de Contas do Exercício;
- k) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar os recursos do FAE.

**SEÇÃO VIII  
DIRIGENTES**

**Artigo 52** - Os componentes da Diretoria, do Conselho Fiscal e de Núcleos não poderão ser parentes entre si, em linha reta ou colateral, até o 2º grau e nem ser cônjuges entre si.

**Artigo 53** - O mandato da Diretoria Estadual, Conselho Fiscal e Coordenação de Núcleos, terá a duração de 3 (três) anos, sendo vedada a permanência no mesmo cargo por mais de 2 (dois) mandatos consecutivos.

**Artigo 54** - O Diretor, Conselheiro Fiscal e Coordenador de Núcleo que, sem justificativa, faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas, ou a 3 (três) alternadas poderá ser afastado do cargo para o qual foi eleito.

**Artigo 55** - A AFA não remunera, sob qualquer forma, os ocupantes de cargos diretivos e/ou atividades de seus associados, cujas atuações são inteiramente voluntárias.

**Parágrafo Único** - Os Dirigentes serão ressarcidos de despesas diretas de alimentação, hospedagem e transporte, quando realizadas no exercício de suas funções, de acordo com as normas internas da AFA.

**Artigo 56** - Aos Diretores, Conselheiros Fiscais e Coordenadores de Núcleos será vedado prestar, em nome da Associação, aval, fiança ou qualquer outra garantia em favor de terceiros.

**Parágrafo Único** - O Diretor, Conselheiro Fiscal e Coordenador de Núcleo, que agir com culpa e/ou dolo, causando danos à AFA, responderá pessoalmente pelos prejuízos causados.

## **CAPÍTULO V PROCESSO ELEITORAL**

### **SEÇÃO I ELEIÇÕES**

**Artigo 57** - As eleições gerais para os cargos da Diretoria Estadual, Conselho Fiscal e Coordenações dos Núcleos serão realizadas simultaneamente em todo o Estado, na segunda quinzena do mês de abril, a cada 3 (três) anos.

**Parágrafo Único** - Para organizar o processo eleitoral, será constituída uma Comissão Eleitoral conforme estabelecido no artigo nº 59.

**Artigo 58** - Compete ao Diretor Presidente, com base na letra “e” do artigo 35 deste Estatuto, promover e divulgar o Processo Eleitoral da AFA.

**Parágrafo Único** - O Processo Eleitoral será feito através de material a ser divulgado aos associados e fixado na sede da AFA, dependências do Instituto IDR - Paraná e publicado nos seus informativos e páginas eletrônicas, com no mínimo 2 (dois) meses de antecedência da data das eleições.

**Artigo 59** - O Processo Eleitoral será dirigido por uma Comissão Eleitoral Estadual, composta por 3 (três) associados, sendo 1 (um) presidente e mais 2 (dois) membros, indicados pelo Conselho Deliberativo, por ocasião da divulgação do Processo Eleitoral.

**§1º** - Os componentes das Comissões Eleitorais não poderão fazer parte da composição de Chapa (s).

**§2º** - É presumida a participação dos colaboradores da AFA nos trabalhos administrativos e de logística envolvidos durante o processo eleitoral.

**§3º** - Compete à Comissão Eleitoral elaborar Regimento das Eleições estabelecendo critérios e normativas do processo, sendo este soberano, após aprovação do Conselho Deliberativo.

**Artigo 60** - Poderá candidatar-se o associado efetivo que estiver em dia com suas obrigações estatutárias e desde que seja associado há mais de 2 (dois) anos.

**§1º** - É vedada a participação do associado a concorrer em mais de uma chapa.

**§ 2º** - Os membros da Diretoria Estadual que não tiveram as suas contas aprovadas pela Assembleia Geral, não poderão se candidatar enquanto houver pendências.

**Artigo 61** - Para a inscrição serão aceitas somente chapas completas, sendo que as chapas para Diretoria Estadual e Conselho Fiscal, devem ser independentes, segundo artigo 48:

**Parágrafo Único** - Nos Núcleos as chapas deverão apresentar a composição mínima prevista no artigo 45 deste Estatuto.

**Artigo 62** - Estarão aptas a concorrer as chapas inscritas junto à Comissão Eleitoral Estadual, até as 17 horas do 20º (vigésimo) dia que antecede a votação, em acordo com o calendário eleitoral aprovado.



**§1º** - A inscrição das chapas deverá ser feita por escrito, devendo constar o nome da chapa, o nome dos integrantes com respectivas autorizações e assinaturas, dentro do prazo estipulado em regimento eleitoral;

**§2º** - A Comissão Eleitoral, após o encerramento do prazo de inscrição, divulgará para conhecimento do quadro social, as chapas aptas a concorrer ao pleito;

**§3º** - A Comissão Eleitoral Estadual receberá pedido de impugnação de chapa ou de membros componentes, até 48 horas após a divulgação das chapas concorrentes. A Comissão apreciará a matéria e decidirá em até 24 horas, sendo que não caberá recurso da decisão;

**§4º** - Caso seja aceita a impugnação de componente (s) da chapa, o (s) candidato (s) excluído (s) deve (m) ser substituído (s) no prazo de até 48 horas, a contar da notificação da decisão, sob pena de toda a chapa ser excluída do processo eleitoral.

**Artigo 63** - Na página digital de votação as chapas serão relacionadas segundo ordem de inscrição.

**Artigo 64** - Em caso de chapa única, a votação apresentará o nome da chapa e 2 duas quadriculas com as opções SIM e NÃO.

**Artigo 65** - As eleições serão por meio eletrônico com regulamento próprio.

## **CAPÍTULO VI PATRIMÔNIO E RECEITAS**

**Artigo 66** - O patrimônio da AFA será constituído de bens móveis, veículos, imóveis, bens e valores adquiridos, livros, documentos e receitas.

**Artigo 67** - Fontes de recursos da AFA:

- 1) Contribuição mensal dos associados;
- 2) Rendimentos de aplicações financeiras;
- 3) Taxa de administração recebida pela execução de convênios;
- 4) Doações recebidas;
- 5) Promoções realizadas.

**Artigo 68** - A aquisição ou alienação de bens, cujos valores sejam superiores ao valor total da contribuição mensal dos associados, somente poderá ocorrer com autorização expressa da Assembleia Geral.

**Artigo 69** - A AFA é uma entidade sem fins econômicos e não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto aos seus associados e familiares.

**Artigo 70** - Em caso de dissolução da AFA, caberá à Assembleia Geral Extraordinária decidir, em consonância com a legislação vigente, a destinação do seu Patrimônio.

## **CAPÍTULO VII**

### **CONTRIBUIÇÃO MENSAL DOS SÓCIOS, FASER E REPASSE AOS NÚCLEOS**

**Artigo 71** - A contribuição financeira mensal será correspondente a 0,5% (meio por cento) do salário nominal (ativos) e da soma de benefícios de aposentadoria (aposentados), mediante comprovante.

**§1º** O aposentado deverá apresentar o comprovante de recebimento dos benefícios previdenciário do mês de fevereiro do corrente ano, para reajustar a contribuição mensal;

**§2º** - A alteração dos percentuais do presente artigo será ajustada quando necessário em Assembleia Geral;

**§3º** - Não havendo a comprovação de rendimento pelo associado será cobrado o valor de 5% do salário mínimo nacional.

**Artigo 72** - A AFA poderá filiar-se à FASER - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil.

**Parágrafo Único** - A contribuição mensal, segundo o artigo 10, alínea “d” do Estatuto Social da FASER, está estipulada em 5% (cinco por cento) da contribuição mensal dos associados.

**Artigo 73** - Do valor total da contribuição mensal, deduzidas as despesas operacionais serão deduzidos os valores correspondentes a seguir:

- a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Extensão;
- b) 5% (cinco por cento) para a contribuição mensal à FASER.

**Artigo 74** - Após as deduções relacionadas no artigo anterior, os recursos serão distribuídos da seguinte forma:

- a) 70% (setenta por cento) para a AFA Estadual;
- b) 30% (trinta por cento) para os Núcleos.

**Artigo 75** - A destinação dos 30% aos Núcleos será calculada da forma abaixo:

- a) Valor referente aos 30% dividido pelo número total de associados = valor por associado;
- b) Valor por associado multiplicado pelo número de associados de cada Núcleo.

**Artigo 76** - Aos Núcleos será vedada a abertura ou a manutenção de conta corrente em seu nome, bem como o depósito de recursos financeiros obtidos, na conta corrente particular de seus componentes:

**§1º** - Toda e qualquer receita financeira obtida pelo Núcleo deverá ser depositada na conta corrente da AFA Estadual.

**§2º** - A AFA Estadual fará controle mensal e individual de cada Núcleo, relacionando receitas, despesas, repasses e respectivas movimentações.

## **CAPÍTULO VIII FUNDO DE ASSISTENCIA EMERGENCIAL**

**Artigo 77** - A AFA manterá o FAE com o objetivo de emprestar e prover recursos aos Associados que passam por dificuldades financeiras, em função de doenças, acidentes, sinistros patrimoniais e falecimento.

**Parágrafo Único** - As normas de funcionamento do fundo estão estabelecidas em regulamento próprio.

## **CAPÍTULO IX FUNDOS ESTATUTÁRIOS**

**Artigo 78** - O Fundo de Extensão será constituído por:

- I** - 5% (cinco por cento) do valor da contribuição mensal dos associados;
- II** - Doações específicas recebidas de parceiros;
- III** - Realização de Ação Entre Amigos;
- IV** - Sobras de Encontros anteriores.

**Parágrafo Único** - Os recursos deste Fundo serão utilizados para cobrir despesas da participação de associados em congressos, seminários, encontros, reuniões e outros eventos.

## **CAPÍTULO X ENCONTRO ESTADUAL DE ASSOCIADOS**

**Artigo 79** - O Encontro Estadual de Associados, se realizado:

**Parágrafo Único** - O local e a data da realização serão definidos pela Diretoria Estadual e apresentada ao Conselho Deliberativo para homologação.

**Artigo 80** - Os participantes serão escolhidos entre os associados que estão em dia com suas obrigações sociais e que colaborarem nas promoções para arrecadação de recursos destinados ao evento.

**§1º** - Haverá a participação dos membros da Diretoria Estadual, Conselho Fiscal, Coordenação dos Núcleos e mais percentual proporcional ao número de associados de cada Núcleo.

**§2º** - No Encontro o associado participante terá direito a voz e voto.

**Artigo 81** - As despesas para a realização do Encontro Estadual serão cobertas com os recursos do Fundo de Desenvolvimento aos Associados, doações de parceiros e Ação Entre Amigos.

**Artigo 82** - O Encontro Estadual terá uma Comissão Diretora dos Trabalhos.

**Artigo 83** - Na Programação do Encontro deverão ser incluídos assuntos de interesse dos associados.

**Artigo 84** - Após deliberações as propostas do Encontro serão aprovadas com o voto favorável da maioria simples dos participantes:

**§1º** - As deliberações e decisões aprovadas no Encontro não poderão ser contrárias ao presente Estatuto.

**§2º** - Para reconsideração de matéria já votada exige-se o voto favorável de 2/3 dos participantes presentes.

## **CAPÍTULO XI LIVROS**

**Artigo 85** - A AFA deverá ter os seguintes Livros:

**I** - Livro de Atas de Assembleias Gerais e Reuniões do Conselho Deliberativo;

**II** - Livro de Atas de Reunião da Diretoria;

**III** - Livro de Atas de Reunião do Conselho Fiscal;

**IV** - Livro de Presença dos Associados em reuniões;

**V** - Livros Fiscais, Contábeis e outros obrigatórios.

## **CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 86** - A AFA somente poderá ser extinta por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada, com anuência expressa de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados presentes e em condições de votar.

**Artigo 87** - Os casos omissos não previstos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com o Código Civil e pelo Conselho Deliberativo da AFA.

**Artigo 88** - Os associados não respondem subsidiariamente.

**Artigo 89** - Estatuto aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de agosto de 2022. Poderá ser reformado por outra Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim.

**Leonel Schier**  
Diretor Presidente da AFA

**Wander Adriano Maluf Miranda**  
Diretor Social da AFA  
Secretário designado

**Agostinho dos Santos Lisboa**  
OAB/PR nº 30361